

Sarney admite 18 FEV 1982 aprovar "distritão"

Brasília — O Senador José Sarney, presidente do PDS, insiste em que o Governo não tomou ainda nenhuma decisão sobre novas alterações na legislação eleitoral para enfrentar a incorporação do PP ao PMDB. Mas reconhece que é amplamente dominante no Congresso a tendência para a aprovação da emenda que institui o **distritão** nas eleições de 15 de novembro, transformando de proporcionais em majoritárias a escolha de deputados.

Ao PDS, certamente que interessa a adoção do **distritão**, pois o Partido é mais bem-estruturado para distribuir a sua votação e não tem grandes puxadores de votos. Mas o Senador José Sarney ressalta que a eleição dos mais votados, sem transferência de votos dentro da legenda, beneficiaria também o PP, mesmo dissolvido dentro do PMDB, mas recuperável a qualquer tempo. E isto convém ao Governo e ao regime.

Hipóteses

O Governo — assinala Sarney — continua examinando alternativas sem nenhuma razão para apressar-se. Por isto não tem decisão firmada. Ele deve esperar pelos resultados do julgamento do TSE sobre as impugnações à incorporação do PP ao PMDB.

E analisa o quadro, considerando as duas hipóteses: a da incorporação prevalecer ou ser anulada por decisão do TSE. O **distritão** e o aumento do número de deputados de 420 para 500 interessam em qualquer das hipóteses. O Governo não deverá patrocinar ou empenhar-se por nenhuma delas mas apenas dar o seu estímulo, suficiente para consolidar a tendência do plenário.

Tudo o mais fica no plano da especulação. Como o desdobramento da vinculação do voto em proporcionais e majoritárias. O presidente do PDS considera improvável que o Governo assuma a iniciativa de reapresentar ao Congresso a extensão da sublegenda para governadores.

De qualquer modo o Governo deverá transmitir uma palavra de ordem ao PDS até 6 a 8 de março, quando o Congresso votará a emenda constitucional do Deputado Nilson Gibson (PDS-PE) transformando a eleição proporcional de deputados federais, estaduais e vereadores em eleição majoritária, com a eleição dos mais votados. A decisão sobre o **distritão** não poderá ser procrastinada para além dos primeiros dias de março.

Não existe, entre os informantes credenciados do PDS, sinal de que na área do Partido ou do Governo se cogite trazer de volta à discussão a sublegenda para governadores, extinguindo-a para a disputa ao Senado. Também não há qualquer informação sobre apoio declarado do Palácio do Planalto à emenda do Deputado José Camargo (PDS-SP) que propõe a reeleição de governadores.

O próprio Deputado, quando esteve com o Presidente Figueiredo, há cerca de duas semanas, explicou à saída da audiência que o Presidente havia considerado sua emenda democrática, na essência, já que estendia o direito de ser votado aos atuais governadores, mas que preferia deixar qualquer decisão para o Congresso Nacional.